

São Paulo programa o pagamento de apenas 10% da dívida externa

por David Friedlander
de São Paulo

O governo do Estado de São Paulo programou o pagamento de apenas 10% de sua dívida externa a vencer em 1989, no orçamento do ano que vem. Contrariou, com isso, determinações do governo federal, que havia estipulado o pagamento de 25% das dívidas externas de estados e municípios para o ano que vem.

Caso seja mantida a determinação da União — que está sob análise do Congresso Nacional —, o estado terá de recorrer à emissão de títulos ou operações de crédito extra-orçamentárias, afirmou a secretária-adjunta do Planejamento de São Paulo, Maria Angélica Poputch. "Nosso orçamento não prevê dotação para pagar mais do que 10% do total de nossa dívida externa", informou a secretária.

Prevedendo uma receita total de CZ\$ 2,132 trilhões (a preços de junho deste ano), o projeto de lei orçamentária foi encaminhado na sexta-feira à Assembleia Legislativa, contendo uma inovação em relação aos anos anteriores: no ano que vem, receitas e dotações orçamentárias serão indexadas a um índice de correção monetária, calculado com base na comparação entre uma taxa mensal estimada pela Secretaria de Planejamento e o Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De janeiro a dezembro do ano que vem calculou-se uma taxa mensal de inflação de 15% (totalizando 435% de inflação no ano todo), que mensalmente será comparada com o IGP. Se a taxa estimada pela Secretaria do Planejamento for inferior ao índice da FGV, o orçamento será corrigido. Mas a correção necessariamente não ocor-



José Machado de Campos Filho

rerá, se o IGP for menor do que os 15% ao mês estipulados pelo Planejamento, afirmou o secretário de Finanças de São Paulo, José Machado de Campos Filho.

"Ficou muito inseguro estimar uma inflação anual e confeccionar o orçamento com base nessa previsão", explicou o secretário de Finanças. "Adotando esse mecanismo de correção, nosso orçamento ficará muito mais protegido da inflação".

CRESCIMENTO NO ICM

O governo paulista está prevendo um crescimento real de 9% na cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) no ano que vem. Esse acréscimo será obtido de duas formas, conforme Campos Filho: 3% em função de melhoras na máquina de arrecadação e 6% como resultado da reforma tributária embutida na nova Constituição. A cota-parte de ICM representa 60% da receita própria do estado.

O orçamento de 1989 prevê também a captação de CZ\$ 224,3 bilhões através de operações de crédito, que representam 11,91% da receita total do estado. Para completar a composição da receita, está previsto o aporte de CZ\$ 587,7 bilhões

DESPESA POR ÓRGÃO

Poder Legislativo	
Assembleia Legislativa	6.071.811.538
Tribunal de Contas	4.081.735.555
	10.153.547.093
Poder Judiciário	
Tribunal de Justiça	30.107.245.476
Primeiro Tribunal de Alçada Civil	1.463.324.757
Tribunal de Alçada Criminal	1.259.749.607
Tribunal de Justiça Militar	306.866.811
Segundo Tribunal de Alçada Civil	1.385.446.427
	34.522.633.078
Poder Executivo	
Gabinete do Governador	1.261.223.073
Secretaria da Educação	234.055.113.861
Secretaria da Saúde	244.215.240.541
Secretaria da Ciência e Tecnologia	145.713.256.347
Secretaria da Promoção Social	22.801.246.431
Secretaria da Cultura	10.722.774.091
Secretaria da Agricultura	18.307.850.633
Secretaria da Administração	8.162.060.902
Secretaria de Obras	75.978.142.613
Secret. dos Transportes	138.411.565.825
Secretaria da Justiça	44.367.580.242
Secretaria da Segurança Pública	147.490.179.284
Secretaria do Interior	2.449.065.341
Secretaria da Fazenda	29.274.090.019
Administração Geral do Estado	761.029.486.885
Secretaria de Relações do Trabalho	1.927.932.438
Secretaria de Esportes e Turismo	4.392.260.417
Secretaria dos Negócios Metropolitanos	22.591.927.606
Secretaria do Meio Ambiente	15.314.249.273
Ministério Público	14.360.669.790
Secretaria de Estado do Governo	7.021.385.961
Secretaria de Economia e Planejamento	7.522.823.657
Secretaria de Ação Comunitária	277.294.253
Secretaria da Habitação	15.032.591.133
Secret. do Abastecimento	3.148.216.533
Secretaria da Indústria e Comércio	958.459.545
Secretaria de Defesa do Consumidor	743.420.462
Secretaria do Menor	1.714.093.907
Secretaria de Assuntos Fundiários	2.227.863.944
Reserva de Contingência	12.641.777.535
	1.994.113.842.542
Despesas dos órgãos da Administração	
Indireta (Receitas (Próprias)	93.211.589.981
TOTAL GERAL	2.132.001.612.694

por meio das receitas vinculadas (transferências federais, cota-parte de ICM dos municípios e fundos especiais), equivalente a 27,5% da receita total.

Do lado das despesas, a previsão é de que em 1989 a folha de pagamento do funcionalismo consuma 74% da cota-parte de ICM. Neste ano, a Secretaria do Planejamento havia orçado uma participação de 78% da folha de pagamento na cota-parte de ICM, mas essa despesa consome hoje entre 85 e 90% do tributo. Para amortizações e pagamentos das dívidas interna

e externa, estão programados desembolsos de aproximadamente CZ\$ 180 bilhões.

Com relação a investimentos, o orçamento prevê desembolsos de CZ\$ 213 bilhões. A partilha desses recursos foi definida da seguinte forma: 11,5% da receita total para a Secretaria de Educação; 12% para a Secretaria da Saúde; 7,2% para a Secretaria de Segurança Pública; 6,8% para a Secretaria de Transportes; 3,7% para a Secretaria de Obras e 2,1% para a Secretaria da Justiça, entre outras.